



Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Presidência da Câmara Municipal

Parecer 2

Município de Espírito Santo do Pinhal

Departamento de Administração

Extrato de Resultado da Dispensa de Licitação 4

Homologação 5

Retificação 7

Fundação Pinhalense de Ensino

Demonstrações Contábeis 8

Secretaria Municipal de Saúde

Extrato de Ata de Registro de Preços 21

Expediente

Produção editorial: **DIÁRIO OFICIAL**.

Este documento é veiculado exclusivamente na forma eletrônica.

Acervo

Esta e outras edições poderão ser consultadas no seguinte endereço eletrônico:

www.pinhal.sp.gov.br/diario-oficial-eletronico

As consultas são gratuitas e não necessitam de cadastros

Entidades

Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

CNPJ: 51.899.854/0001-92

Telefone: (19) 3651-1918

Celular:

E-mail: comesp@pinhal.sp.gov.br

Rua Capitão João Batista Mendes Silva, nº 176 - Centro -

CEP: 13990-000

Espírito Santo do Pinhal - SP

Site: www.camarapinhal.sp.gov.br

Município de Espírito Santo do Pinhal

CNPJ: 45.739.083/0001-73

Telefone: (19) 3651-9699

Celular:

E-mail: secretaria@pinhal.sp.gov.br

Praça Rio Branco, nº s/nº - Centro - CEP: 13990-000

Espírito Santo do Pinhal - SP

Site: <https://www.pinhal.sp.gov.br/>



Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Presidência da Câmara Municipal

Parecer



Gabinete da Presidência

Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo

PLENÁRIO "VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI – DADÁ"

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

A Vereadora Francine Félix, Presidente da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, no uso de suas atribuições e, em consonância com o art. 268 e seguintes do Regimento Interno, torna público o Parecer emitido pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sobre as Contas da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, exercício de 2020, que originou o Proc. TC nº 3276.989.20-9, conforme abaixo:

"TC – 3276.989.20-9

Prefeitura Municipal: Espírito Santo do Pinhal

Exercício: 2020

Prefeito: Sergio Del Bianchi Junior

Advogado(s): Antonio Aleixo da Costa (OAB/SP 200.564) e

Ana Paula Simão (OAB/SP 206.547)

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por UR-19

Fiscalização Atual: UR-19

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. IEGM. EDUCAÇÃO. SAÚDE. QUADRO DE PESSOAL. CARGOS EM COMISSÃO. ESCOLARIDADE. DÍVIDA ATIVA. BAIXA ARRECADAÇÃO. RECOMENDAÇÕES. ADVERTÊNCIAS. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS

Ensino: 30,31%

FUNDEB: 100,00%

Magistério: 84,21%

Pessoal: 45,91%

Saúde: 28,13%

Transferências ao Legislativo: Regular

Execução Orçamentária: Superávit 1,81% = R\$ 2.476.085,81

Resultado Financeiro Superávit: R\$ 8.528.487,59

Remuneração dos Agentes Políticos: Regular

Precatórios Relevantados

Encargos Sociais: Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 28 de junho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, e Cristiana de Castro Moraes, e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas

EDIFÍCIO "VEREADOR ANTÔNIO FENÓLIO"

Rua Cap. João Batista Mendes Silva, 176 – Centro
Espírito Santo do Pinhal-SP – CEP 13.990-000

☎ 19 3651-1918 e 3651-1891 🌐 www.camarapinhal.sp.gov.br @legislativopinhalense





Gabinete da Presidência

Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo

PLENÁRIO “VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI – DADÁ”

taquigráficas, emitir **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Oficie-se ao Comando do Corpo de Bombeiros informando-lhe acerca da inexistência de AVCB dos estabelecimentos públicos, inclusive nos que atendem à Educação e à Saúde.

Presente na Sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas, Renata Constante Cestari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – E-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 08 de agosto de 2022

RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE e RELATOR”

Ainda, de conformidade com o § 6º, do art. 268, do Regimento Interno, a partir da publicação do Parecer acima, as Contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2020 permanecerão durante 60 (sessenta) dias à disposição de qualquer contribuinte, na Secretaria Administrativa da Câmara, para verificação e análise das mesmas.

Espírito Santo do Pinhal, 30 de abril de 2024

Vereadora **FRANCINE FÉLIX**
Presidente

EDIFÍCIO “VEREADOR ANTÔNIO FENÓLIO”

Rua Cap. João Batista Mendes Silva, 176 – Centro
Espírito Santo do Pinhal-SP – CEP 13.990-000

☎ 19 3651-1918 e 3651-1891 🌐 www.camarapinhal.sp.gov.br @legislativopinhalense





Município de Espírito Santo do Pinhal

Departamento de Administração

Extrato de Resultado da Dispensa de Licitação

EXTRATO DE RESULTADO DA DISPENSA LICITAÇÃO

A Diretora do Departamento de Administração do Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Decreto nº. 5.699, de 01 de junho de 2023, DECLARA a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 447/2.024, Processo nº. 5.180/2.024, objeto do(a) contratação de empresa especializada no fornecimento de software de controle de atendimento e despacho de ocorrências e emergências, cuja data para apresentação da proposta e documentação se deu no dia 29/04/2024, às 23:59 horas, publicada no Diário Oficial do Município no dia 24 de abril de 2024, CANCELADA.

Espírito Santo do Pinhal (SP), 02 de maio de 2.024.

Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha

Diretora de Administração



Município de Espírito Santo do Pinhal

Departamento de Administração

Homologação

EXTRATO DE RESULTADO DA DISPENSA LICITAÇÃO

(HOMOLOGAÇÃO)

A **Diretora do Departamento de Administração** do Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Decreto nº. 5.699, de 01 de junho de 2023, HOMOLOGA os atos correspondentes a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 442/2.024 - Processo nº. 5.135/2.024, OBJETIVANDO o(a) contratação de empresa especializada para construção de 8 (oito) Bocas de Lobo Dupla e 5 (cinco) Bocas de Lobo Simples e assentamento de 11 tubos de 0,40 x 1,50 m de concreto na Avenida Romualdo de Souza Brito, em especial, promovida a favor da(s) empresa(s) vencedora / detentora da proposta mais vantajosa:**

- **MENEZES E DELFINO LTDA (CNPJ nº. 04.431.224/0001-83)**, referente ao(s) item(s) nº.
01 - no valor total de R\$ 56.190,00 (cinquenta e seis mil cento e noventa reais).

Espírito Santo do Pinhal(SP), 02 de maio de 2024.

Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha

Diretora de Administração

EXTRATO DE RESULTADO DA DISPENSA LICITAÇÃO

(HOMOLOGAÇÃO)

A **Diretora do Departamento de Administração** do Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Decreto nº. 5.699, de 01 de junho de 2023, HOMOLOGA os atos correspondentes a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 453/2.024 - Processo nº. 5.183/2.024, OBJETIVANDO o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURO DA MÁQUINA DE PINTURA DE ASFALTO**, em especial, promovida a favor da(s) empresa(s) vencedora / detentora da proposta mais vantajosa:

- **GENTE SEGURADORA S/A (CNPJ nº. 90.180.605/0001-02)**,
referente ao(s) item(s):
nº. 01 - no valor total de R\$ 182,88 (cento e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Espírito Santo do Pinhal(SP), 02 de maio 2024

Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha

Diretora de Administração



EXTRATO DE RESULTADO DA DISPENSA LICITAÇÃO (HOMOLOGAÇÃO)

A **Diretora do Departamento de Administração** do Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Decreto nº. 5.699, de 01 de junho de 2023, HOMOLOGA os atos correspondentes a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 477/2.024 - Processo nº. 5.362/2.024, OBJETIVANDO o(a) AQUISIÇÃO DE BALANÇA CORPORAL DIGITAL PARA USO NO CENTRO DIA DO IDOSO**, em especial, promovida a favor da(s) empresa(s) vencedora / detentora da proposta mais vantajosa:

- **G REIS NEGOCIOS (CNPJ nº.20.432.748/0001-70)**,
referente ao(s) item(s):
nº. 01 - no valor total de R\$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais).

Espírito Santo do Pinhal(SP), 02 de maio de 2.024.

Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha
Diretora de Administração

EXTRATO DE RESULTADO DA DISPENSA LICITAÇÃO (HOMOLOGAÇÃO)

A **Diretora do Departamento de Administração** do Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Decreto nº. 5.699, de 01 de junho de 2023, HOMOLOGA os atos correspondentes a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 476/2.024 - Processo nº. 5.372/2.024, OBJETIVANDO o(a) prestação de serviço musical com a contratação de DJ para a FEIRA GASTRONÔMICA DO DIA 01 DE MAIO DE 2024**, em especial, promovida a favor da(s) empresa(s) vencedora / detentora da proposta mais vantajosa:

- **PUBLIO MORONI 30529334852 (CNPJ nº.15.332.934/0001-06)**,
referente ao(s) item(s):
nº. 01 - no valor total de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Espírito Santo do Pinhal(SP), 02 de maio de 2.024.

Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha
Diretora de Administração



Município de Espírito Santo do Pinhal

Departamento de Administração

Retificação

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2.024, OBJETIVANDO a construção de uma Creche Escola, no JARDIM SÃO MANOEL, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL.

Onde se leu:- Esclarecimentos e Impugnações: até às 17:00 horas do dia 15/04/2.024, leia-se:- **Esclarecimentos e Impugnações:** até às 17:00 horas do dia 15/05/2.024 .

Republicado por ter saído incorreto em 30/05/2.024.

Espírito Santo do Pinhal(SP), 30 de abril de 2.024.

LÍVIA MARIA COIMBRA NOVAES RIBEIRO DA CUNHA

DIRETORA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



Município de Espírito Santo do Pinhal

Fundação Pinhalense de Ensino

Demonstrações Contábeis

Fundação Pinhalense de Ensino

1

FUNDAÇÃO PINHALENSE

DE ENSINO

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023 e em
31 de dezembro de 2022



Fundação Pinhalense de Ensino

<i>Ativos</i>			
(Em Reais)	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		338.312	118.750
Anuidades e acordos a receber - líquido	5	8.812.478	5.321.435
Créditos diversos		306.842	311.407
		9.457.632	5.751.592
Não circulante			
Correção Ação Civil Pública		5.319.564	5.319.564
A receber - Ação Civil Pública	4	100.764.153	100.764.153
(-) Receitas a apropriar de mútuo e ACP	4	-100.764.153	-100.764.153
Depósitos judiciais		-	88.795
Imobilizado líquido	3	46.371.462	43.170.303
		51.691.026	48.578.662
Total do ativo		61.148.658	54.330.254



Fundação Pinhalense de Ensino

Passivo (Em reais)	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Obrigações com instituições de crédito	6	151.111	151.111
Fornecedores		68.372	125.580
Salários a pagar		490.024	758.250
Férias a pagar		132.476	199.613
Obrigações sociais		5.299.316	3.961.472
Honorários e contas a pagar		71.193	428.229
Receita futura s/Acordos		-	209.323
		6.212.492	5.833.578
Não circulante - exigível a longo prazo			
Obrigações com instituições de crédito		377.778	528.889
Provisão para riscos trabalhistas	8	20.975.202	20.975.202
Obrigações tributárias	7	141.328.879	136.336.060
		162.681.859	157.840.151
Patrimônio Social negativo (passivo a descoberto)	9		
Saldo Anterior		-109.343.475	-101.486.585
Ajustes de Exercícios Anteriores	3	3.567.968	-
Superávit (Déficit) das operações do ano		709.803	-1.452.800
Encargos de obrigações do passado		-4.765.893	-6.404.090
Reversão da Provisão Devedores Duvidosos		2.085.905	-
Déficit social acumulado		-107.745.693	-109.343.475
Passivo menos Patrimônio Social negativo		61.148.658	54.330.254



Fundação Pinhalense de Ensino

Demonstração do superávit (ou déficit) do exercício

(Em Reais)

	Nota	31/12/23	31/12/22
Receita líquida de mensalidades	10	11.103.477	9.062.941
Taxas e outras receitas		1.741.459	1.144.567
Receita operacional líquida		12.844.936	10.207.508
Despesas operacionais:	11		
Despesas com pessoal		-7.863.177	-7.660.682
Obrigações sociais		-2.376.318	-2.292.133
Utilidades (energia, água, telecomunicações)		-475.785	-463.912
Serviços de terceiros		-1.083.845	-999.583
Outras despesas		-2.068.055	-1.769.079
Depreciações		-426.830	-371.105
Despesas operacionais totais		-14.294.010	-13.556.494
Superávit (Déficit) das operações educacionais		-1.449.074	-3.348.986
Receitas de doações		1.287.577	1.138.090
Receitas menos despesas financeiras	11	871.300	758.096
Superávit (Déficit) antes dos encargos da dívida tributária		709.803	-1.452.800
Encargos da dívida tributária	11	-6.248.872	-6.404.091
Prescrição de Dívida		1.482.979	-
Superávit (Déficit) antes de provisão para devedores duvidosos		-4.056.090	-7.856.891
Reversão da Provisão Devedores Duvidosos		2.085.905	-
Déficit total do exercício		-1.970.184	-7.856.891



Fundação Pinhalense de Ensino

Demonstração das mutações do Patrimônio Social

(Em Reais)

Patrimônio social negativo em 31/12/2021	-101.486.586
Déficit das operações de 2022	-1.452.800
Encargos sobre obrigações tributárias e previdenciárias	-6.404.090
Patrimônio social negativo em 31/12/2022	-109.343.475
Superávit das operações de 2023	709.803
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.567.968
Encargos sobre obrigações tributárias e previdenciárias	-4.765.894
Reversão Provisão Devedores Duvidosos	2.085.905
Patrimônio social negativo em 31/12/2023	- 107.745.693



Fundação Pinhalense de Ensino

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em Reais)

	2023	2022
Recebimentos de anuidades, taxas e encargos	12.396.006	11.245.003
Recebimentos de doações	1.287.577	1.138.090
Recebimentos totais	13.683.583	12.383.093
Desembolsos:		
Despesas com pessoal e obrigações sociais	-10.239.297	-7.938.583
Outras despesas líquidas de outras receitas	-2.956.823	-3.687.825
Desembolsos operacionais totais	-13.196.120	-11.626.408
Fluxo de caixa das atividades operacionais	487.463	756.685
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições líquidas ao imobilizado	-17.363	-35.240
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de novos empréstimos	-	680.000
Pagamento de empréstimos	-250.538	-1.400.000
Variação líquida de caixa	219.562	1.445
Caixa e equivalentes de caixa inicial	118.750	117.305
Caixa e equivalentes de caixa final	338.312	118.750

(*)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Fundação Pinhalense de Ensino

Notas Explicativas

1. Contexto operacional e situação atual

A Fundação Pinhalense de Ensino, entidade sem fins lucrativos em Espírito Santo do Pinhal (SP), mantenedora do Centro Regional Universitário Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL, tem como objetivos, entre outros, formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica e promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

A Fundação está sob intervenção judicial desde julho de 2010, em decorrência de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público com denúncias de gestão fraudulenta, desvio de recursos, nepotismo e sonegação fiscal, tendo havido imediato afastamento dos Diretores da Fundação e seus Conselheiros Curadores. Em julho de 2012 foi prolatada sentença de primeira instância nessa Ação Civil Pública, com condenação de tais dirigentes e definitiva destituição dos cargos que ocuparam. Foram também condenados solidariamente com todos os encargos relativos aos tributos federais não devidamente recolhidos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve, na íntegra, a condenação dos seus ex-dirigentes e a definitiva destituição dos cargos que ocuparam, mas retirou os danos morais; a FPE recorreu desta última parte, mas a decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça. A ação transitou em julgado no STJ e foi iniciado o processo de cobrança desses valores. O valor nominal excede ao contabilizado, eis que este se limitou aos valores de avaliação dos bens dos ex-administradores.

A dívida trabalhista total está sendo administrada pela constituição de fundo à base de 3% dos ingressos da entidade mais uma quantidade fixa mensal, conforme decisão judicial também mantida em segundo grau; com isso, os beneficiários vão recebendo seus direitos conforme recursos desse fundo administrados pela própria Justiça Trabalhista.

Equacionamentos específicos para as obrigações tributária e previdenciária continuam também em estudo e com ações em andamento por parte da gestão da FPE, inclusive com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, tendo havido decisões favoráveis à FPE, mas ainda não totalmente como se esperava. Com isso as discussões continuam no nível da 1ª instância e no Tribunal Regional Federal de São Paulo. Estão sendo oferecidos como garantia o parque imobiliário da FPE (v. avaliação na Nota 3 mais os créditos contra os ex-administradores da instituição).

A impossibilidade de participação da instituição no FIES, o forte aumento da concorrência, o ensino à distância que só em 2021 foi autorizado e a pandemia têm colocado a instituição em situação financeira com razoável nível de risco. Políticas de preços, programas de redução de custos, parcerias e outras iniciativas vêm sendo tomadas para tentar amenizar a situação, com certo sucesso. Aliando-se a isso agora principalmente as ações trabalhistas decorrentes das ações dos antigos ex-administradores, considera a administração que a situação financeira é delicada e ficam reduzidas as chances de continuidade normal das operações se a Fazenda Nacional vier a exigir a entrega dos bens em garantia das dívidas firmadas principalmente por esses ex-administradores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Base de preparação e mensuração e Declaração de conformidade – Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de



Fundação Pinhalense de Ensino

Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, correspondentes às Normas Internacionais de Contabilidade. As informações consideradas relevantes pela Administração, e somente elas, estão sendo oferecidas nestas demonstrações, cuja emissão foi aprovada pelo Administrador Judicial e pela Comissão Interventiva em 30/04/2024. As bases de reconhecimento e mensuração estão mencionadas junto às notas a que se referem os elementos relevantes evidenciados. As notas seguem ordem de importância para o patrimônio e o resultado da FPE.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Isso tem como consequência que alguns resultados reais futuros poderão divergir dessas estimativas ora utilizadas.

3. Imobilizado

	2023	2022
Terrenos	10.295.412	10.295.412
Imóveis	32.683.439	32.683.439
Biblioteca, Veículos, Equipamentos, Computadores e outros	<u>4.720.820</u>	<u>4.714.313</u>
	47.699.672	47.693.164
(-) Depreciações acumuladas	<u>-1.328.210</u>	<u>-4.522.862</u>
	<u>46.371.462</u>	<u>43.170.302</u>

Registrado por valores atribuídos conforme avaliações em 01 de janeiro de 2012; os adquiridos após essa data estão pelo custo de aquisição. O imobilizado é deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear e levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e seu valor residual. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes, em anos:

Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Biblioteca	10%
Laboratório	10%

A título informativo: a FPE recebeu, no início de 2014, nova avaliação do seu ativo imobilizado composto por terrenos e construções, no montante total, em moeda e preços daquela época, de R\$ R\$ 72.597.314,74. Esses valores não estão contabilizados estão sendo utilizados para fins de oferecimento como garantia da dívida tributária.

No ano de 2023 ocorreu uma mudança no critério contábil a respeito da depreciação de imóveis. Consideramos que não devam ser depreciados já que o valor residual de venda é estimado como acima do valor contábil. Portanto, foi utilizada a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores (conforme NBC TG 23 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade.)

A Fundação mantém seu parque de computadores e periféricos mediante contrato de arrendamento operacional (aluguel), mas por valores imateriais, motivo pelo qual não consta



Fundação Pinhalense de Ensino

de seu ativo imobilizado o seu direito de uso (NBC TG Estrutura Conceitual e NBC TG 06 (R3)).

4. Mútuo a receber e Ação Civil Pública

Refere-se a contrato de mútuo com pessoa jurídica relacionada a ex-administradores, atualizado. Os valores estabelecidos na decisão judicial na Ação Civil Pública contra ex-administradores da FPE exarada em 2012 e mantidos em sentença do STJ estão atualizados, mas limitados aos montantes dos bens desses ex-administradores obtidos por avaliadores designados judicialmente. Os valores finais serão conhecidos quando da execução da cobrança e poderão ser diferentes desses evidenciados. O valor contabilizado não foi ainda apropriado como receita (Pronunciamento Técnico CPC 47).

A última atualização da Ação Civil ocorreu no ano de 2022, quando o valor possível a receber passou de R\$99.464.153,00 para R\$100.764.153,00. Vale ressaltar que a condenação atinge o montante total de R\$476.849.844,92 conforme processo principal feito por perito independente contratado pela instituição.

A Fundação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa não são considerados virtualmente certos por razões legais ou de efetiva viabilidade prática em futuro previsível, evidenciando-os apenas em notas explicativas. Quando sua evidenciação é considerada relevante, o reconhecimento no ativo é seguido de conta retificadora de forma a não influenciar o valor total dos ativos apresentados.

5. Anuidades a receber

	2023	2022
Anuidades em atraso e acordos a receber	17.000.213	15.595.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-8.187.735	-10.273.640
Anuidades a receber - líquido	8.812.478	5.321.435

Os valores a receber são registrados por seus valores originais, ajustados por juros ou atualizações monetárias somente quando recebidos, e ajustados por conta retificadora para cobrir perdas prováveis estimadas.

6. Empréstimos bancários

Em função da situação financeira comentada na nota 1, a instituição se viu obrigada, em 2022, a obter recursos bancários parcialmente na forma de desconto de recebíveis e parcialmente com avais. São vencíveis em 54 parcelas, com juros entre 1,4 e 1,6% a.m. Não houve tomada de novos empréstimos em 2023.

7. Obrigações tributárias e previdenciárias

As obrigações tributárias e previdenciárias referem-se basicamente a INSS, Imposto de Renda retidos de professores e funcionários e PIS/COFINS não recolhidos antes da intervenção (apropriação indevida), não recolhimentos dos encargos patrimoniais após isso e INSS patronal, devidamente atualizados pelos encargos legais devidos. As atualizações estão reconhecidas segregadamente na demonstração do resultado. Os valores devidos foram obtidos diretamente dos extratos da Receita Federal do Brasil em 31/12/2023.



Fundação Pinhalense de Ensino

	2023	2022
Tributos patronais e retidos dos empregados	50.417.950	49.604.483
PIS/Cofins e outros	1.522.074	1.035.052
Multas e atualizações monetárias	<u>93.972.868</u>	<u>89.657.998</u>
	145.912.892	140.297.533
Passivo Circulante	4.584.013	3.961.472
Passivo Não Circulante	141.328.879	136.336.061

A FPE obteve decisão favorável da Justiça da 1ª. Vara em E.S.Pinhal relativamente a um pleito para saldar essas dívidas com base em percentual do faturamento relativamente aos processos de execução fiscal, e conseguiu com isso sustar as execuções dos processos nessa Vara. Na 2ª. Vara o sucesso foi parcial, com a decisão acatada de pagamento dos processos de execução fiscal também com base em percentual do faturamento da FPE, mas não com sustação de todas as execuções desses processos. Igual pedido foi feito nos mais recentes processos que agora correm na Justiça Federal em São João da Boa Vista (SP), mas ainda pendente de decisão. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional recorreu da decisão da 1ª. Vara de E.S.Pinhal e o processo encontra-se para decisão junto ao Tribunal Regional Federal em São Paulo.

8. Provisões para riscos trabalhistas

Políticas salariais adotadas no passado têm provocado vultosas ações trabalhistas que, aliadas às contingências normais em qualquer entidade brasileira, levaram a Administração a constituir provisão para prováveis perdas futuras, com base em consultores externos e avaliações gerenciais.

Ressalte-se uma ação trabalhista especial de antes da intervenção no valor de R\$ 20.234.327 promovida originalmente pelo Sindicato dos Professores de Campinas. O valor está sendo recalculado por determinação judicial.

9. Patrimônio social

O Patrimônio Social da entidade foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, posteriormente acrescido por superávits e reduzido por déficits. Sofreu ajustes quando da intervenção e quando do início desta gestão (2012) por conta dos enormes erros praticados no passado e quando da ação trabalhista especial tratada na nota anterior.

Nesse patrimônio social, conservadoramente não estão computados os valores encontrados na conta retificadora de Mútuo e valores da Ação Civil Pública a receber, conforme nota 4, nem a diferença entre o valor de mercado atual do imobilizado e seu valor contabilizado.

10. Receita líquida de mensalidades

A receita operacional de serviços no curso normal das atividades é medida pelos valores recebidos ou a receber, reconhecida mensalmente pelos valores de face das mensalidades, e a seguir são contabilizados os ajustes por bolsas e descontos concedidos. As receitas de taxas diversas são reconhecidas quando recebidas. As receitas financeiras decorrentes de renegociações estão refletidas separadamente dentro das receitas financeiras.



Fundação Pinhalense de Ensino

	2023	2022
Receita bruta de mensalidades	12.819.992	9.603.992
(-) Descontos por bolsas e pontualidade	-1.716.515	-541.052
Receita líquida de mensalidades	11.103.477	9.062.940

11. Receitas e despesas financeiras e encargos da dívida tributária

As receitas financeiras de 2023 foram de R\$1.346.522 (R\$ 1.390.134 em 2022) e as despesas financeiras R\$ 475.220 (R\$ 632.038 em 2022).

Os encargos da dívida tributária são reconhecidos por competência e obtidos dos extratos da Receita Federal do Brasil; são registrados separadamente pela sua natureza e por se referirem a encargos decorrentes de ações dos ex-Administradores.

12. Gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a riscos e os objetivos, as políticas e os processos para a mitigação desses riscos. É responsabilidade da Administração a detecção, a mitigação e toda a política de ações que assegurem condições para fazer face a tais riscos.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro quando alunos e ex-alunos falham em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente, que são dependentes muito fortemente da situação econômica geral e regional; é influenciada também pelas garantias oferecidas para liquidação das cobranças judiciais. Os riscos de crédito obviamente cresceram bastante durante a pandemia.

A Fundação estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber. Veja-se a nota 5.

A FPE tem risco de crédito com relação a operação de mútuo junto a ex-administradores e com relação a valores recebíveis contra esses mesmos ex-administradores derivados da Ação Civil Pública. Os valores dessa ação e parte do mútuo estão registrados em contas retificadoras ao invés de mediante provisões por não terem ainda sido registrados como receitas.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Fundação de encontrar forma viável de cumprimento das obrigações associadas com seus passivos tributários e trabalhistas. Esse é, na opinião da Administração, o maior risco de longo prazo da instituição. Conforme nota 1, ações continuam em andamento para mitigação desse risco. Veja-se o item e) adiante. A deterioração financeira durante a pandemia aumentou esse risco.

d) Risco de mercado



Fundação Pinhalense de Ensino

Risco de mercado é o relativo à manutenção e crescimento do número de alunos, com a prática de mensalidades que garantam sua continuidade. Esse risco envolve a existência de entidades concorrentes na região e suas práticas e nas introduções significativas dos ensinos à distância. Essa modalidade de ensino foi autorizada pelo MEC ao final de 2021.

A mitigação desse risco passa pela manutenção e melhoria dos cursos, de forma a garantir formação universitária de qualidade que aumente mais ainda sua confiabilidade e garanta demanda em quantidade e qualificação adequadas.

e) Risco operacional, incluindo ações trabalhistas, tributárias e previdenciárias

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação, de fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de andamento dos processos judiciais em andamento, tributários, previdenciários e trabalhistas. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

Quanto aos processos trabalhistas, o Unipinhal conseguiu a criação pela Justiça do Trabalho de um fundo de 3% (três por cento) sobre o faturamento, mais um valor fixo mensal, para fazer face à liquidação das ações em que é condenada. Com isso, ficou mitigada hoje a possibilidade de condenações anormais colocarem em risco a continuidade da instituição. A própria Justiça do Trabalho administra o fundo e determina o direcionamento dos pagamentos. Provas da eficácia dessa prática são a sua aceitação no Tribunal de segunda instância da área trabalhista e a liberação do FIES retido forçadamente pela União. Todavia, a ação trabalhista de grande monta provisionada (nota 8) coloca em risco essa política conseguida junto à Justiça Trabalhista.

Riscos relativos aos processos tributários e previdenciários: os imóveis da Fundação estão gravados pelas ações de cobrança pela Justiça Federal e oferecidos em garantia, bem como os créditos contra os ex-administradores. A Administração acredita que conseguirá manter em funcionamento seu parque físico para o atingimento de seus objetivos de ensino, pesquisa e serviços à comunidade e continua encetando ações que visam equacionamento dessa dívida. Ações judiciais estão também sendo propostas na mesma direção. Não há como opinar sobre as chances de sucesso e o tempo necessário a tal equacionamento.

Comissão Interventiva

João Batista Detore
Administrador Judicial

João Antonio Lian
Representante do
Poder Executivo

Angelo Domingues Neto
Representante da
Ordem dos Advogados
do Brasil – E. S. Pinhal

Luciana Sutto
Representante dos Estudantes

Eliseu Martins
Reitor e Representante
do Ministério Público


Mário Barbosa
Representante do
Poder Legislativo

João Delbim
Representante dos
Professores

Francisco Lucas Rosa
Representante dos
Funcionários



Fundação Pinhalense de Ensino

Pamela Ketty da Costa
Contadora CRC 1SP-343669/O-7 



Município de Espírito Santo do Pinhal

Secretaria Municipal de Saúde

Extrato de Ata de Registro de Preços

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de ATA de registro de preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 42/2.024. Processo Licitatório nº. 2.887/2.024. - Pregão Eletrônico nº. 05/2.024. Órgão Responsável pelo Registro: Secretaria Municipal de Saúde. Detentora da Ata: DNA MED BRASIL LTDA (CNPJ nº. 41.665.545/0001-02). Objeto: Registro de preços para aquisição e fornecimento de testes rápidos para detecção de Dengue, Covid-19 e Chikungunya, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o edital da licitação em epígrafe e seus anexos.

PREÇOS REGISTRADOS:

Item	Quant.	Unid.	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	5.000	UNID.	TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENO DO VÍRUS SARS-COV 2 (COVID-19) - SWAB NASAL PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENO VIRAL COM ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE MAIOR QUE 95%. MARCA: ALLTEST	R\$ 3,08	R\$ 15.400,00
3	15.000	UNID.	TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENO DO VÍRUS SARS-COV 2 (COVID-19) - SWAB NASAL PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENO VIRAL COM ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE MAIOR QUE 95%. MARCA: ALLTEST	R\$ 3,08	R\$ 46.200,00
4	2.250	UNID.	TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DE DENGUE - O TESTE DEVE SER DUPLO, POSSIBILITANDO O DIAGNÓSTICO DE ANTIGENO (NS1) E ANTICORPO (IGM/IGG) NA MESMA TESTAGEM, UTILIZANDO SANGUE TOTAL POR PUNÇÃO DIGITAL, ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE SUPERIOR A 95%. MARCA: ALLTEST	R\$ 11,00	R\$ 24.750,00
TOTAL					R\$ 86.350,00

Valor total estimado: R\$ 86.350,00. Assinatura: 30/04/2.024. Vigência: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2.024. Processo Licitatório nº. 2.887/2.024. - Pregão Eletrônico nº. 05/2.024. Órgão Responsável pelo Registro: Secretaria Municipal de Saúde. Detentora da Ata: VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA (CNPJ nº. 11.308.834/0001-85). Objeto: Registro de preços para aquisição e fornecimento de testes rápidos para detecção de Dengue, Covid-19 e Chikungunya, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o edital da licitação em epígrafe e seus anexos.

PREÇOS REGISTRADOS:

Item	Quant.	Unid.	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	6.750	UNID.	TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DE DENGUE - O TESTE DEVE SER DUPLO, POSSIBILITANDO O DIAGNÓSTICO DE ANTIGENO (NS1) E ANTICORPO (IGM/IGG) NA MESMA TESTAGEM, UTILIZANDO SANGUE TOTAL POR PUNÇÃO DIGITAL, ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE SUPERIOR A 95%. MARCA: VIDA – DENGUE DUO IgG/IgM e NS1	R\$ 10,90	R\$ 73.575,00
TOTAL					R\$ 73.575,00

Valor total estimado: R\$ 73.575,00 Assinatura: 30/04/2.024. Vigência: 12 (doze) meses.